



# Primeiro rascunho na mesa de negociações

Representantes dos países que participam da 30ª Conferência do Clima, em Belém, receberam, ontem, a primeira versão do documento final, preparada pela equipe brasileira, que não avança nos pontos mais polêmicos



» LETÍCIA CORRÊA\*

**O** Brasil entregou, ontem, o primeiro rascunho do documento final da 30ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP30), em Belém. Com nove páginas, *Mutirão Global* elenca propostas para avançar no financiamento de países em desenvolvimento por países ricos, criando cronogramas ao fluxo de recursos para custear impactos climáticos, estimados em US\$ 1,3 trilhão (R\$ 7,1 trilhões).

"Foi pedido pelos governos para que a presidência da COP30 trouxesse um primeiro rascunho para tentarmos começar, a partir dele, a ter decisões elaboradas. A gente já vem trabalhando e fazendo diversas consultas ao longo de semanas, meses. Com o primeiro rascunho na mesa, agora, depende da vontade dos países", afirmou a CEO da conferência, Ana Toni.

No texto que esboça o acordo final de Belém, há dois caminhos para chegar aos recursos desejados. O primeiro é a boa vontade dos governantes, que "acolhem com satisfação os seus esforços para a ação climática nos países em desenvolvimento, proveniente de todas as fontes públicas e privadas".

O segundo, ainda em negociação pelos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima



CEO da COP30, Ana Toni apresentou o documento que servirá de base para o esperado acordo global de enfrentamento da emergência climática

(UNFCCC), menciona um "fluxo de trabalho" que destaca a "importância do apoio dos nossos mercados de capitais nos esforços de mobilização de recursos internos" para arrecadar o dinheiro necessário.

Um exemplo do fluxo de trabalho é a ideia de criação do Mecanismo Global de Minimização de Riscos e Preparação e Desenvolvimento de Projetos de Belém ("Belém Facility for Implementation"),

para aumentar o financiamento climático, traduzindo NDCs (metas de cada país para diminuir a emissão de gases do efeito estufa) em

projetos e fornecendo soluções para reduzir riscos dos investimentos.

Na avaliação de Toni, o rascunho serve como ponte entre diversos assuntos, com o intuito de implementar as metas climáticas estabelecidas no Acordo de Paris. "Ele complementa o processo, na tentativa de destravar tudo em conjunto", disse ela.

Apesar de tratar de forma mais concreta temas como financiamento, o primeiro esboço de decisão da conferência desagradou tanto países petroleiros quanto organizações ambientais ao mencionar a

descontinuação do uso de combustíveis fósseis de forma superficial. O tópico foi falado em uma parte opcional do documento, que declara apenas a necessidade da "transição para longe dos combustíveis fósseis" nas NDCs.

Enquanto as ONGs consideram as menções insuficientes, devido ao tamanho do problema, países como Arábia Saudita, Irã e Rússia sinalizaram que não concordam com a inclusão desse tema no acordo final da COP30. Para essas nações, a conferência não pode "interferir nas escolhas nacionais de matriz energética."

## Elogios

"O documento divulgado, com o rascunho da decisão final para o Programa de Trabalho de Transição Justa, traz pontos importantes. Temos o tópico sobre os potenciais danos da exploração de minerais críticos, que é uma demanda extremamente relevante. Além disso, a previsão para um mecanismo de implementação, com o plano de ação para garantir os meios para a ação climática", comentou o líder de mudanças climáticas do WWF-Brasil, Alexandre Prado.

"As menções para outros acordos que estão fora da UNFCCC — como o relatório de minerais críticos, a organização internacional do trabalho, a declaração dos povos indígenas, o mecanismo de participação social dos povos originários, assim como das comunidades locais e afrodescendentes — são um marco da COP30, bandeiras antigas que tiverem dificuldades de participação nas outras edições. O Brasil foi muito corajoso de ter trazido pontos tão importantes", concluiu.

"O texto menciona de forma lateral a eliminação para longe dos fósseis, mas ainda não se sabe se isso será suficiente ou se haverá outro espaço para tratar do assunto. Por enquanto, o mistério continua, declarou o Observatório do Clima, por meio das redes sociais.

"Não há um caminho viável para cumprir o Acordo de Paris sem ações ambiciosas. Precisamos de um plano de ação concreto, com prazos definidos para acabar com o desmatamento em todas as florestas até 2030. Não existe solução para o aquecimento global de 1,5°C sem florestas, e a COP30 ainda pode ser um ponto de virada histórica se conseguirmos concretizar essa meta. É hora de agir", disse a diretora executiva do Greenpeace Brasil, Carolina Pasquali.

## Pesquisa

O embate sobre a substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis também divide os brasileiros. Pesquisa do Instituto Locomotiva — *O que os brasileiros pensam sobre a COP30* — revelou que, de 1.499 entrevistados, 52% acreditam que substituir combustíveis fósseis por outras formas de energia é necessário, enquanto 48% veem como optativo.



Sonia Guajajara comemora a delimitação de terras indígenas, na COP

## TIs reconhecidas

### Sudeste

TI Ká'aguy Hovy - Guarani(SP)  
TI Pakurity - Guarani (SP)  
TI Ka'aguy Mirim - Guarani (SP)

### Nordeste

TI Tupinambá de Olivença -  
Tupinambá (BA)  
TI Comexatiba - Pataxó (BA)  
TI Pankará da Serra do  
Arapuá - Pankara (PE)

### Norte

TI Vista Alegre - Mura (AM)  
TI Sawre Bápim - Munduruku (PA)

### Sul

TI Sambaqui - Guarani (PR)

### Centro-Oeste

TI Ypoí Triunfo - Guarani (MS)

## Terras indígenas demarcadas

» CAETANO YAMAMOTO\*

A homologação de quatro terras indígenas (TIs) e a aprovação de seis relatórios circunstanciados de Identificação e Delimitação (Reid) da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) foram anunciadas, ontem, pela ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30). O pacote dialoga diretamente com a demanda prioritária dos povos indígenas: a demarcação de territórios como política de mitigação eficaz dos efeitos da emergência climática.

"É importante quando se coloca um limite geográfico. Nós, povos indígenas, entendemos que o território indígena não possui

um limite geográfico da forma como o não indígena entende. Mas é importante porque isso fala sobre saúde, sobre preservação, educação, sobre nossa própria existência, nossa espiritualidade naquele território", disse o sociólogo, professor e líder do Santuário Sagrados dos Pajés do Distrito Federal, Fetxawewe Tapuya Guajajara.

### Conflitos históricos

Além disso, o Ministério da Justiça e Segurança Pública assinou a portaria de declaração de 10 Terras Indígenas: a Região Sudeste teve reconhecidos três territórios guaranis. O Nordeste também teve três — duas na Bahia e uma em Pernambuco. Na Região Norte, as

portarias reconheceram duas TIs — no Pará e no Amazonas. O Centro-Oeste ficou com uma, em Mato Grosso do Sul; enquanto o Sul teve uma TI declarada, no Paraná. (Veja no quadro)

Com os anúncios, aumentou de 16 para 20 o número de terras indígenas efetivamente demarcadas desde a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

Para Tapuya, as áreas reconhecidas ontem são um quantidade pequena se comparada a de povos indígenas espalhados pelo território brasileiro, 305, mas é expressiva porque, em sua maioria, são alvo de conflitos históricos.

\* Estagiários sob a supervisão de Vinícius Doria

portarias reconheceram duas TIs — no Pará e no Amazonas. O Centro-Oeste ficou com uma, em Mato Grosso do Sul; enquanto o Sul teve uma TI declarada, no Paraná. (Veja no quadro)

Com os anúncios, aumentou de 16 para 20 o número de terras indígenas efetivamente demarcadas desde a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

Para Tapuya, as áreas reconhecidas ontem são um quantidade pequena se comparada a de povos indígenas espalhados pelo território brasileiro, 305, mas é expressiva porque, em sua maioria, são alvo de conflitos históricos.

\* Estagiários sob a supervisão de Vinícius Doria

enquadra na regra formal da língua portuguesa e não é amplamente aceita pela população.

Apesar de ser um mecanismo defendido por boa parte da esquerda, incluindo integrantes do governo federal, o uso da linguagem neutra em eventos oficiais já rendeu críticas ao presidente Lula. Em evento de campanha do então deputado federal Guilherme Boulos (Psol-SP) à prefeitura de São Paulo, no ano passado, o Hino Nacional foi alterado para a linguagem neutra com versos como "des filhos deste solo é mãe gentil". Tanto Lula quanto Boulos

criticaram a mudança, e a atribuíram à organização do evento.

Para a Associação Brasileira de Linguística (Abralin), a nova lei cria "regras arbitrárias", sem contribuir para criar uma linguagem inclusiva. "Isso aí vai fazer o contrário, vai engessar. Linguagem simples e inclusiva é outra coisa. É poder falar com diferentes públicos. Se eu vou falar com uma comunidade quilombola, eu quero poder usar um termo ou outro que não está no Volp (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa)", disse ao *Correio* a integrante da Comissão

de Políticas Públicas da Abralin e pesquisadora em Linguística da Universidade de Brasília (UnB) Gisele Rodrigues.

A pesquisadora aponta, ainda, que, como não haverá fiscalização ou punição para o descumprimento das regras, a lei, na prática, não terá efeito. "Na hora que eu tiro o poder, vamos dizer, coercitivo a norma, dizendo que não tem fiscal, não tem medida cabível em caso de descumprimento, a lei acabou virando uma espécie de letra morta. É só uma recomendação", disse Gisele.

## LÍNGUA PORTUGUESA

## Textos oficiais sem linguagem neutra

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou lei que cria a Política Nacional de Línguagem Simples. Voltada a facilitar a compreensão de documentos e informações de órgãos públicos, a legislação proíbe o uso da linguagem neutra por entes da administração federal, estadual e municipal. A norma foi publicada no Diário

Oficial da União (DOU) de ontem e lista uma série de medidas técnicas para simplificar a linguagem utilizada, como evitar o uso de jargões (ou explicar os termos), evitar redundâncias e usar linguagem acessível à pessoa com deficiência. Especialistas em linguística, porém, consideram a medida arbitrária e ineficaz, e dizem que a proposta foi desvirtuada durante a tramitação no Congresso Nacional. Essa linguagem, porém, não se